

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a BBD Participações S.A. (Companhia) registrou Lucro Líquido de R\$ 403.799 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 2.599.054 mil, Ativos Totais de R\$ 5.504.648 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 95.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Em abril de 2017, a Companhia deliberou aumentar o Capital Social com Reservas de Capital e Reservas de Lucro - Estatutária no montante de R\$ 210.000 mil elevando-o de R\$ 1.740.000 mil para R\$ 1.950.000 mil.
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 16 de abril de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2017	2016
ATIVO		
CIRCULANTE	247.876	248.801
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6).....	4.955	1.130
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 16a).....	231.843	236.851
Valores a Receber (Nota 7).....	11.078	9.820
NÃO CIRCULANTE	5.256.772	4.595.024
Realizável a Longo Prazo	266.062	235.249
Depósitos Judiciais (Nota 11b).....	185.419	165.103
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17c).....	80.643	70.146
Investimentos (Nota 8)	4.990.710	4.359.775
TOTAL	5.504.648	4.844.825

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2017	2016
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	557.239	402.515
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 17d).....	1.401	1.437
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 12e).....	80.750	62.415
Obrigações por Recompra de Ações (Nota 9).....	475.088	338.663
NÃO CIRCULANTE	2.348.355	1.960.209
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11b).....	209.561	170.760
Obrigações por Recompra de Ações (Nota 9).....	510.486	338.752
Outras Obrigações (Nota 10).....	1.628.308	1.450.697
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.599.054	2.482.101
Capital Social (Nota 12a).....	1.950.000	1.740.000
Reserva de Capital.....	64.531	96.770
Reservas de Lucros (Nota 12d).....	2.213.057	2.017.488
Ações em Tesouraria (Nota 12f).....	(1.742.212)	(1.431.576)
Outros Resultados Abrangentes.....	113.678	59.419
TOTAL	5.504.648	4.844.825

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	403.799	360.037
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8).....	610.584	604.639
Resultado Financeiro (Nota 15).....	(175.676)	(215.999)
Despesas Tributárias (Nota 13).....	(30.021)	(28.339)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14).....	(1.088)	(264)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	403.799	360.037
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17a)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	403.799	360.037
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b).....	1,31	1,16

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício.....	403.799	360.037
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	54.259	102.834
Resultado Abrangente do Exercício	458.058	462.871

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	403.799	360.037
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos		
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(610.584)	(604.639)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....	190.986	217.650
Provisão para Riscos Fiscais.....	27.340	27.349
Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos	11.541	397
(Aumento) em Outros Ativos.....	(10.359)	(37.925)
Aumento em Outras Obrigações.....	(764)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	418	(37.528)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....	-	12.979
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	12.979
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Contrato de Mútuo.....	44.983	46.200
(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria.....	20.839	2.916
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(62.415)	(25.330)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	3.407	23.786
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.825	(763)
Início do Exercício.....	1.130	1.893
Fim do Exercício.....	4.955	1.130
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.825	(763)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social	Reserva de Capital - Resultado na Venda de Ações	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Ações em Tesouraria
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.700.000	179.251	125.936	1.604.945	(43.415)	(1.422.168)
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	360.037
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	102.834	-
Resultados Abrangentes do Exercício						
Aumento de Capital com Reservas.....	40.000	(40.000)	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	(368.968)
Alienação de Ações em Tesouraria.....	-	(42.481)	-	-	-	359.560
Destinações: - Reservas.....	-	-	18.002	268.605	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(286.607)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.740.000	96.770	143.938	1.873.550	59.419	(1.431.576)
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	403.799
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	54.259	-
Resultados Abrangentes do Exercício						
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a).....	210.000	(96.770)	-	(113.230)	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	(688.456)
Alienação de Ações em Tesouraria.....	-	64.531	-	-	-	377.820
Destinações: - Reservas.....	-	-	20.190	288.609	-	(308.799)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11e).....	-	-	-	-	-	(95.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.950.000	64.531	164.128	2.048.929	113.678	(1.742.212)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BBD Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquelas Instituições. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2018.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que, são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros
Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis, compostos por valores a receber, são ativos reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado e atualizados pelo método da taxa efetiva de juros. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.

d) Investimentos
Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas está apresentada na Nota 8.

Ágio (Goodwill)
O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos no fluxo de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2017 e de 2016, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre os quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido
(i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e.

h) Imposto de renda e contribuição social
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

b) A composição da rubrica "Investimentos" está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
						2017	2016	2017	2016
Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade") (1) (3).....	8.839.600	19.106.815	2.395.757	169.026	26,07	4.981.484	4.350.549	610.584	604.639
Ágio - Nova Cidade (4).....	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-
Total						4.990.710	4.359.775	610.584	604.639

- Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017;
- Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
- Em março de 2017, foi realizado aumento de Capital Social, com integralização mediante a compensação de créditos relativos a Juros sobre Capital Próprio; e
- O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

9) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES
Obrigações por Recompra de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 475.089 (2016 - R\$ 338.663) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 510.486 (2016 - R\$ 339.752), referem-se ao saldo da aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES
Referem-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2021, no montante de R\$ 1.627.969 (2016 - R\$ 1.450.612).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 185.419 (2016 - R\$ 165.103). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. A Companhia não possui contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
No início do período.....	170.760	130.283
Atualizações monetárias.....	12.498	13.128
Constituição.....	26.303	27.349
No final do período	209.561	170.760

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdidas possíveis
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2017 e 2016, não há processos contingentes avaliados como de risco de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações
O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Ordinárias.....	90.454.855	94.563.449
Preferenciais.....	115.608.357	116.828.108
Subtotal - ações em circulação	206.063.212	211.391.557
Em tesouraria (ordinárias).....	85.751.444	81.642.850
Em tesouraria (preferenciais).....	17.262.254	16.042.503
Total do capital social em ações	309.076.910	309.076.910

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 210.000, elevando-o de R\$ 1.740.000 para R\$ 1.950.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Capital" e de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	403.799	360.037
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	309.077	309.077
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	1,31	1,16

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	403.799	
Reserva legal	(20.190)	
Base de cálculo ajustada	383.609	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2)	95.000	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%	(14.250)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017	80.750	21,1
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016	62.415	18,2

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

(2) Provisionamento de JCP Complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2017.

f) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2017, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 85.751.444 (2016 - 81.642.850) ações ordinárias e 17.262.254 (2016 - 16.042.503) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.742.212 (2016 - R\$ 1.431.576).

Em 2017, foram alienadas ações em tesouraria, pelo valor de R\$ 442.351 (2016 - R\$ 317.079), que gerou lucro de R\$ 64.531 (2016 - prejuízo de R\$ 42.481).

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
COFINS	21.652	22.523
PIS	4.650	4.826
IOF	3.719	990
Total	30.021	28.339

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Serviços prestados por terceiros	63	162
Editais e publicações	127	102
Despesa de pessoal	898	-
Total	1.088	264

15) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Varição monetária de contratos de mútuo	(136.152)	(172.254)
Varição monetária sobre recompra de ações	(58.067)	(67.441)
Rendimento de ativos financeiros	11.773	17.152
Outros	6.770	6.544
Total	(175.676)	(215.999)

16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Pessoal-chave da Administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativos										
Caixa/disponibilidades	-	-	-	-	-	-	275	2	275	2
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	231.843	238.851	-	-	-	-	231.843	238.851
Passivos										
Juros sobre capital próprio a pagar	28.461	20.015	-	-	52.289	42.400	-	-	80.750	62.415
Obrigações por recompra de ações	-	-	-	-	985.574	677.415	-	-	985.574	677.415
Outros passivos (Nota 10)	-	-	1.148.123	1.014.198	-	-	479.846	436.414	1.627.969	1.450.612

	Exercícios findos em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Pessoal-chave da Administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Despesas com juros	-	-	(92.937)	(118.970)	(58.067)	(67.441)	(43.433)	(53.598)	(194.437)	(240.009)
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(33.483)	(23.547)	272.757	281.001	(61.517)	(49.883)	-	-	177.757	207.571

(1) NCD Participações Ltda. ("NCD");

(2) Nova Cidade; e

(3) Titanium Holdings S.A. ("Titanium") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 500 para remuneração dos Administradores e de R\$ 500 para custear planos de previdência privada complementar.

Foram utilizados em 2017, o montante de R\$ 404 para proventos, e o montante de R\$ 463 para o plano de previdência complementar de contribuição definida.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	403.799	360.037
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(137.292)	(122.413)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligada, tributadas nas empresas correspondentes	207.599	205.577
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(92.737)	(95.540)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	32.300	24.966
Outros	(9.870)	(12.590)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 91.015 (2016 - R\$ 78.029).

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no Ativo Circulante, no montante de R\$ 43.651, referem-se a imposto de renda do exercício atual, e no Ativo Não Circulante, no montante de R\$ 36.992 (2016 - R\$ 70.146), refere-se a imposto de renda de exercícios anteriores.

d) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 1.401 (2016 - R\$ 1.437), refere-se, basicamente, a imposto de renda retido na fonte.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016; e

b) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente	Membros
Lázaro de Mello Brandão	Denise Aguiar Alvarez João Aguiar Alvarez Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto Alexandre da Silva Glüher
Vice-Presidente	Josué Augusto Pancini Maurício Machado de Minas Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano
Luiz Carlos Trabuco Cappi	

Diretoria

Diretor-Presidente	Diretores
Lázaro de Mello Brandão	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto
Diretor Vice-Presidente	
Luiz Carlos Trabuco Cappi	

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BBD Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 20 de abril de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2